

Famílias homoafetivas e o contexto escolar: percepções sobre as relações com a escola

Wilker Solidade da Silva*, Iamara Alvares de Lima Gauer** e Hudson Daniel Lima de Almeida***

Resumo

Considerando a influência significativa da escola no desenvolvimento social e nas primeiras experiências de uma criança em um contexto externo ao familiar, esta pesquisa propõe uma análise da dinâmica entre escola e famílias homoafetivas. O objetivo é identificar como esse modelo familiar participa da vida escolar e relaciona-se com a instituição educacional e sua equipe. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, integrando levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionário semiestruturado às famílias homoafetivas. Os resultados indicam que a ausência de um debate aberto e objetivo sobre os conceitos de “família” e suas “formas de organização” contribui para um descompasso na relação entre famílias homoafetivas e a instituição. A pesquisa aponta a possibilidade de a escola manter-se alheia ao tema, silenciando essas famílias sob o pretexto da “tolerância”, o que as torna praticamente invisíveis no ambiente escolar. Conclui-se que há um desafio a ser enfrentado para promover um ambiente educacional mais inclusivo e consciente da diversidade familiar. Além disso, a pesquisa ressalta a importância de explorar as implicações desse descompasso, evidenciando a necessidade de estratégias que fomentem a compreensão e aceitação das famílias homoafetivas no contexto escolar.

Palavras-chave: diversidade familiar; invisibilidade institucional; relação família-escola.

Same-sex families and the school context: perceptions of relationships with the school

Abstract

Considering the significant influence of school on social development and on children's first experiences in a context outside the family, this research proposes an analysis of the dynamics between the school and same-sex families. The objective is to identify how this family model participates in school life and interacts with the educational institution and its staff. The methodology adopted is a qualitative approach, integrating a literature review, document analysis, and the administration of a semi-structured questionnaire to same-sex families. The results indicate that the absence of open and objective debate on the concepts of "family" and its "forms of organization" contributes to a mismatch in the relationship between same-sex families and the institution. The research suggests that the school may remain detached from the topic, silencing these families under the pretext of "tolerance," which renders them virtually invisible in the school environment. It is concluded that there is a challenge to be addressed to promote a more inclusive educational environment that is aware of family diversity. Moreover, the research underscores the importance of exploring the implications of this mismatch, highlighting the need for strategies that promote understanding and acceptance of same-sex families in the school context.

Keywords: family diversity; institutional invisibility; family-school relationship.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados. Docente no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na Unidade Universitária de Maracaju. É membro do Grupo de Pesquisa e Estudos de Relações Étnico-raciais e Formação de Professores (GEPRAFE/UFGD-UFMS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5486-3130>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1943281067816541>. E-mail: wilker.solidade@uems.br.

** Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Unidade Universitária de Maracaju. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6748-7250>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1395268166262553>. E-mail: iamara.alvares@hotmail.com.

*** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU-FAED), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Membro do grupo de pesquisa Educação, Cultura e Diversidade certificado pelo CNPq e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Educação e Gênero (GEPSEX) da UFMS. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3331-1904>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0045628334364501>. E-mail: huddani05@gmail.com.

Famílias homoparentales y el contexto escolar: percepciones sobre las relaciones con la escuela

Resumen

Considerando la influencia significativa de la escuela en el desarrollo social y en las primeras experiencias de los niños en un contexto externo al familiar, esta investigación propone un análisis de la dinámica entre escuela y familias homoparentales. El objetivo es identificar cómo este modelo familiar participa en la vida escolar y se relaciona con la institución educativa y su personal. La metodología adoptada es de enfoque cualitativo, integrando revisión bibliográfica, análisis documental y aplicación de un cuestionario semiestructurado a las familias homoparentales. Los resultados indican que la ausencia de un debate abierto y objetivo sobre los conceptos de "familia" y sus "formas de organización" contribuye a un desajuste en la relación entre familias homoparentales y la institución. La investigación señala la posibilidad de la escuela mantenerse ajena al tema, lo que silencia a estas familias bajo el pretexto de la "tolerancia", lo que las vuelve prácticamente invisibles en el entorno escolar. Se concluye que existe un desafío por enfrentar para promover un ambiente educativo más inclusivo y consciente de la diversidad familiar. Además, la investigación resalta la importancia de explorar las implicaciones de este desajuste, evidenciando la necesidad de estrategias que fomenten la comprensión y aceptación de las familias homoparentales en el contexto escolar.

Palabras clave: diversidad familiar; invisibilidad institucional; relación familia–escuela.

INTRODUÇÃO

Por ser pertencente a uma família homoafetiva¹ com filhos que frequentam escolas públicas, e sabendo dos desafios que essa configuração familiar enfrenta no cotidiano, entendo que há composições familiares diversificadas nas escolas públicas da rede básica de ensino, na qual estou mais inserida por compor o quadro de funcionários.

A representação dessas famílias está presente no contexto escolar, espaço em que as crianças passam a maior parte do dia. Considerando que as interações sociais contribuem para o desenvolvimento moral, a formação do caráter e o fortalecimento de valores éticos, compreende-se que também na escola as crianças possam aprender sobre as diferentes composições familiares, desenvolvendo, assim, a capacidade de reconhecê-las e respeitá-las.

A boa relação entre família e escola é fundamental para a adaptação da criança no meio social, mas muitas vezes a escola parece estar alheia ao tema “famílias homoafetivas”, seja por acreditar que é um assunto delicado, ou por apenas tolerar a família, tornando-as invisíveis. Essa questão é levantada por Butler (2022) quando discute sobre as pluralidades de que a sociedade é composta, e que diante do sistema de regulamentação política e social é resistente a elas.

De modo frequente, famílias homoafetivas são ignoradas no contexto escolar de seus filhos e filhas, gerando um sentimento de exclusão e vergonha entre seus membros. Isto

¹ Durante a escrita do texto, quando trouxer reflexões a partir de minha vivência enquanto mãe lésbica e integrante de uma família homoafetiva, utilizarei o verbo na primeira pessoa.

posto, esta pesquisa tem o intuito de conhecer como as famílias se sentem em relação à escola em que seus filhos e filhas estão matriculados, e se há diferença, ou não, em como são tratadas em relação às famílias com uma composição cis-heteronormativas.

Diante da sociedade em que estamos inseridos, reconhecemos a redoma de preconceitos e discriminações voltados para aqueles/as que refutam a hegemonia cis-heteronormativa. Desta forma, é evidente que deve haver um trabalho por parte da escola na visibilidade das diferentes configurações familiares e no acolhimento dessas famílias na comunidade escolar, haja vista o papel da escola para a criança — é nela que inicia sua vida social e suas primeiras experiências em uma comunidade, diferentemente da sua primeira interação, que é a familiar — e a existência de crianças com configurações familiares diferentes no contexto escolar.

Para Aranha (1996, p. 61), a “educação dada pela família fornece o solo para o ser humano, tanto biológico, quanto social e psicológico. É a mediadora entre indivíduo e sociedade”. Sendo assim, torna-se visível a importância de considerar a diversidade encontrada no ambiente escolar e de problematizar como essa configuração familiar é recebida neste contexto, sabendo que certos assuntos não são trabalhados e/ou são invisibilizados por gestores e professores.

Com base nesses questionamentos, buscaremos interpretar quais os pontos de destaque na relação entre famílias homoafetivas e contexto escolar, ouvindo sempre a percepção das famílias. O intuito é compreender a relação entre escola e famílias homoafetivas, analisar como se dá a participação da família na vida escolar e sua relação com a escola, e conhecer o que as referidas famílias dizem sobre a forma como a escola dialoga com elas.

Para contextualização, dia 17 de maio é marcado como o Dia Internacional contra Homofobia, Transfobia e Bifobia, o qual visa conscientizar a população sobre a luta contra a discriminação das pessoas que fazem parte da comunidade identificada como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outras identidades e orientações sexuais (LGBTQIAP+).

Convém explicitar ainda que o Brasil lidera o *ranking* de crimes contra homossexuais há mais de 12 anos, de acordo com Transgender Europe (TGEU), que faz o monitoramento de dados levantados por instituições LGBTQIAP+ no mundo todo. Logo, evidencia-se a necessidade de trabalhos de conscientização sobre a temática da diversidade sexual e de gênero nas escolas,

ao ser nelas que devem ser implantadas perspectivas em prol de uma mudança necessária. Isso não ignora o fato de haver desafios ao se trabalhar o contexto das diferenças dos marcadores sociais, por saber que vivemos em uma sociedade com categorias heteronormativas, e de, muitas vezes, haver um silêncio gerado pelos próprios educadores, deixando lacunas em assuntos necessários, o que abre espaço para lugares de discriminação e preconceito.

Considerando o objetivo de compreender a relação das famílias homoafetivas e a escola a partir do ponto de vista dessas famílias, o percurso metodológico adotado foi um levantamento documental e bibliográfico de textos com a temática “família homoafetiva” e a sua relação com a escola. Para tanto, realizamos um levantamento de artigos científicos, teses e dissertações produzidos no Brasil, utilizando os descritores “escola”, “modelos de família”, “diversidade” e “família homoafetiva” no *site* de buscas Google Acadêmico.

Para conhecermos a percepção das famílias sobre sua relação com as escolas foi realizada a coleta de informações exploratórias por meio de questionário aplicado às famílias com vistas a permitir aos/às participantes trazerem indícios de sua realidade. As famílias respondentes do questionário eram compostas de crianças que frequentavam tanto escolas públicas como privadas.

Os dados analisados estão apresentados ao longo do texto, que se organiza em duas seções de desenvolvimento, além das considerações finais. A primeira aborda a compreensão do conceito de família enquanto instituição e sua relação com a escola. A segunda expõe os dados referentes à relação entre as famílias homoafetivas e o contexto escolar.

COMPREENDENDO O CONCEITO DE FAMÍLIA(S) E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

A sexualidade é uma das características que individualiza os sujeitos, tornando a sociedade plural e diversa, diante das múltiplas possibilidades de interações existentes. Contudo, a diversidade de expressões das sexualidades humanas tem sido vista, por parcela considerável da sociedade e dos poderes constituídos, como uma transgressão do padrão heteronormativo, o que termina por afetar diretamente os direitos humanos dessas pessoas (Gimenez; Martins; Angelin, 2018).

Isso traz à discussão os direitos já adquiridos, os quais estão sendo entendidos de uma forma que individualiza a sociedade, pretendendo que esta seja singular e homogênea, quando sabemos ser necessário reconstruir conceitos e reconhecer a pluralidade de famílias

existentes. A homoafetividade, no contexto lésbico — em que duas mulheres constituem família —, cujos filhos são inseridos na escola, traz a importância dessas duas instituições e suas relações.

Para a pesquisadora Amorim (2013), ainda que seja difícil conceituar o que é família, na medida em que reflete marcas de um processo de modernização sem deixar de traduzir resquícios tradicionais, esta instituição parece informar e organizar a sociedade contemporânea ocidental, ocupando um lugar de destaque na maneira como a maioria de nós vemos e vivemos o mundo (Amorim, 2013).

No caso das famílias estruturadas por relações entre duas mulheres, identificamos duas estruturas complexas que merecem cuidado. A primeira se refere ao modo de interpretar a homossexualidade feminina, historicamente silenciada como resposta aos fetiches do patriarcado; e a segunda, aos significados atribuídos à ideia de família.

As mulheres, ao lutarem e conseguirem a consagração e reconhecimento dos seus direitos civis e políticos, o acesso generalizado à educação e ao mercado de trabalho e ao domínio do seu corpo, iniciaram também um processo de democratização da vida familiar (Pedroso; Branco, 2008, p. 57).

Como pode ser aferido pela fala das autoras, as mulheres, mediante seus atos de resistência, evidenciados por atos políticos e/ou insubmissão velada, apresentam novas estruturações à sociedade, concepções de família e como as políticas públicas podem ser pensadas. Sabendo haver configurações familiares distintas das tidas como tradicionais devido a vários fatores, como a independência feminina e a redução no número de casamentos, a família homoafetiva é uma dessas variações (Pedroso; Branco, 2008).

Para Amorim (2013, p. 79), “atualmente, o que se vê é que a noção de família vem passando por transformações. No seio destas modificações a escolha emerge como fundante de uma maior mobilidade no tecer e desfazer laços familiares”. Sobre esta percepção, a autora ainda defende que, para a formação de uma família, é preciso disponibilidade dos sujeitos e um “projeto comum”.

Aqui me sirvo da noção de projeto proposta por Gilberto Velho (1999). Segundo este autor a noção de projeto valhe-se primordialmente da ideia de que em todas as sociedades, mesmo nas mais totalizadoras, há possibilidade de individualização que possibilita a confecção de projetos individuais. Tais projetos são construídos em função de experiências sócio-culturais de um código de vivências e interações interpretadas. Todavia, os projetos precisam ser comunicados e deste modo, não podem constituir um fenômeno

puramente subjetivo. Define-se, então, que um projeto funda-se na noção de um planejamento e cálculo de alguns riscos impostos a certa intenção, vontade ou ideal que deve atentar para as intenções individuais bem como se inserir em um universo social que o circunda (Amorim, 2013, p. 79).

A partir da análise proposta pela autora, entendemos que a construção de uma família se organiza pela relação entre dois sujeitos e um interesse comum em estruturar-se como instituição. De acordo com o Artigo 1.723 do Código Civil, votado em 2010, entidade familiar se define como a relação “entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família” (Brasil, 2010).

Conforme David Schneider (2016), os laços sanguíneos foram postos ao lado de outras possíveis conexões que transitam nas relações familiares. Sendo assim, as famílias homoafetivas, que não são construídas muitas das vezes por um processo dito como naturalmente reprodutivo, se tornam intencionalmente uma família concreta.

O termo “homoparentalidade” (*homoparentalité*) foi criado na França em 1996 pela Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicos (APGL). Ele designa a situação em que uma pessoa se autodenomina homossexual e tem o desejo de se tornar pai ou mãe. A família, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, fundamenta-se no direito à felicidade e à afetividade, o que resultou no surgimento de novos tipos de entidades familiares após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando esses novos arranjos familiares começaram a ser reconhecidos e compreendidos dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

Como afirma Baptista (2014, p. 24),

[...] hoje, pode-se dizer que o elemento da consanguinidade deixou de ser fundamental para a constituição da família [...], a doutrina e a jurisprudência vêm ampliando o rol das modalidades de família, sendo já aceitas por alguns juristas outras formas, como a homoafetiva e a anaparental².

Diante disso, nenhuma forma de entidade familiar deve ser descartada, mesmo que não esteja explicitamente prevista na Constituição de 1988 ou no Código Civil de 2002. É fundamental garantir um tratamento igualitário, livre de qualquer tipo de discriminação, e

² Família anaparental, conforme Maria Berenice Dias (2020), é uma entidade familiar marcada pela ausência de ascendente ou posição geracional (relação vertical), compreendendo a convivência entre parentes ou não parentes, como irmãos, tio e sobrinhos ou avós e netos, em estrutura com identidade de propósito e vínculos afetivos, merecedora de proteção constitucional equivalente à monoparental.

assegurar a inclusão de formas familiares como a homoafetiva, reconhecendo-as como legítimas e dignas de proteção.

Considerando tal adequação interpretativa, este texto identifica como família homoafetiva a que é composta de parceiros/as do mesmo gênero que vivem juntos/as em um relacionamento afetivo, muitas vezes possuem filhos e/ou filhas, biológicos/as e/ou adotivos/as, e se reconhecem como uma instituição familiar.

Para Flávio Tarnovski (2002), a primeira forma de se tornar uma família homoafetiva, a forma mais clássica, seria pela concepção de filhos/as de relações heterossexuais anteriores inseridos/as em uma nova relação homoconjugual³ de seus pais e/ou mães.

Outra maneira possível seria por meio de adoção, que no Brasil, desde o ano de 2011, é permitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a casais do mesmo sexo, sendo que a adoção sucede todos os direitos impostos à filiação.

Por fim, outro modo seria mediante as tecnologias reprodutivas para se gerar filhos/as biológicos/as, como inseminação caseira/artesanal, inseminação artificial ou fertilização *in vitro* (FIV) em clínica especializada, e gestação de substituição (Almeida, 2004).

Para Dias (2010, p. 211), “não mais se justifica que o amor entre iguais seja banido do âmbito da proteção jurídica”. Portanto, a constituição da família homoafetiva quebra barreiras jurídicas e padrões de preconceito onde houve muita resistência pelo estigma social, tendo sido estereotipada por não se encaixar nos padrões.

A RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS E A ESCOLA

É essencial estabelecer uma relação colaborativa entre família e escola, uma vez que, quando essa parceria é saudável, tende a gerar impactos positivos no desenvolvimento acadêmico, social e emocional de crianças e adolescentes. No entanto, ainda há muito a ser compreendido e aprimorado para que se superem os obstáculos referentes à convivência com as diversas configurações familiares presentes no ambiente escolar, de modo a assegurar a efetividade dessa relação.

Mesmo sabendo que o estreitamento desses laços é muito importante, os papéis da escola e da família têm-se tornado uma fronteira inexistente, na qual a escola não se limita ao desenvolvimento intelectual e aprendizagem dos alunos, pois precisa alcançar valores éticos,

³ Termo que se refere à relação conjugal entre pessoas homossexuais.

corporais e emocionais; e a família acha-se no direito de intervir nos aspectos pedagógicos e de aprendizagem (Nogueira, 2006).

Para auxiliar a escola no aspecto de diversidade, a legislação (Brasil, 1996) prevê ao professor uma formação e capacitação inclusiva. No Artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Brasil, 2006) está imputado que:

O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: [...] X – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras.

Sendo assim, o professor com formação de qualidade deve ser capaz de intervir, facilitar e auxiliar a convivência das diferenças sob um mesmo espaço, fortalecendo uma relação de respeito e abordando temas de diversidade, como as mudanças nas configurações familiares presentes nas escolas em que seus/suas filhos/as estão inseridos/as.

Partindo dos debates atuais sobre o tema, que resultaram no tópico anteriormente discutido, partimos para a coleta de informações sobre como as famílias homoafetivas se relacionam com as escolas que seus filhos frequentam, com vistas a conhecer como as famílias homoafetivas interpretam sua relação com a escola em que seus filhos e filhas estão matriculados.

Conhecendo as famílias e suas percepções

A ação exploratória foi organizada mediante um questionário⁴ estruturado e editado de forma digital na plataforma Google Forms. Depois, foi enviado às famílias homoafetivas via correio eletrônico, plataforma de mensagem instantânea e redes sociais. O questionário foi organizado em três partes: a primeira delas destinada a conhecer algumas características da composição destas famílias; a segunda parte, a permitir, com perguntas abertas e objetivas (escala Likert), nos aproximar da realidade apresentada, no que tange à relação estabelecida entre as famílias e as escolas; e a terceira, feita com perguntas abertas (dissertativas). Todas as perguntas eram de resposta facultativa, e as famílias participantes sinalizaram, em espaço

⁴ O questionário, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201), pode ser definido como “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo”.

específico no início do questionário, autorizar o uso das respostas para publicação de cunho acadêmico-científico.

No total, 13 famílias participantes da pesquisa foram consideradas para as análises aqui apresentadas, respeitando a totalidade do preenchimento do questionário. O perfil das famílias respondentes pode ser descrito como: residentes, em sua maioria, no estado de Mato Grosso do Sul (76,9% do valor absoluto de 13 respostas), havendo a participação de respondentes do estado de São Paulo (15,4%) e Rio de Janeiro (7,7%). Os municípios foram Maracaju, Sidrolândia, Dourados, Três Lagoas e Campo Grande, de Mato Grosso do Sul; São Paulo e Pirassununga, de São Paulo; e Maricá, do Rio de Janeiro.

Entre as famílias respondentes, houve uma participante com idade entre 25 e 30 anos, sete participantes com idade entre 31 e 36 anos, três entre 37 e 41 anos, e duas entre 42 e 50 anos. Quanto à autodeclaração de raça/cor, das 13 participantes, sete se identificaram como pessoas negras e seis como pessoas brancas. Do total, 10 se identificaram como mulher cisgênero e três como homens cisgênero. Em relação às profissões, o grupo inclui uma pessoa que atua como policial militar, duas enfermeiras, uma vendedora, três professoras, uma classificadora de grãos, uma arquiteta, uma tradutora/intérprete de Libras, uma terapeuta e uma fonoaudióloga.

A composição familiar das famílias participantes é a seguinte: 69,8% das famílias têm uma mãe biológica, 15,4% têm um pai afetivo (por adoção ou outro vínculo), 7,7% têm um pai (biológico ou afetivo) e 7,7% têm uma mãe afetiva (por adoção ou outro vínculo). Entre essas famílias, 61,5% são formadas por duas mães, 23,1% por dois pais e 15,4% por uma mãe solo (única responsável adulta pelos filhos). Quanto à faixa etária das crianças e adolescentes, observa-se que 46,2% têm de 4 a 6 anos, 30,8% têm de 0 a 3 e 8 a 14 anos, 23,1% entre 7 e 10 anos e 15,4% têm de 15 a 18 anos.

A distribuição das famílias participantes nas instituições de ensino é: 10 famílias possuem crianças/adolescentes que frequentam escolas públicas, enquanto três frequentam escolas particulares. Dentre as crianças e adolescentes, sete estão matriculados em turmas de Educação Infantil (Berçário, Creche ou Pré-escola), duas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 5ª série), duas nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6ª a 9ª série) e uma frequenta o Ensino Médio.

As questões que compõem o segundo grupo de perguntas apresentavam uma escala no formato Likert de respostas. Sobre a primeira indagação, que buscava conhecer como os/as respondentes descrevem sua experiência geral com a escola frequentada por seus/suas filhos/as, 53,8% do total de respondentes afirmou ter uma relação positiva com a instituição, enquanto 23,1% a categorizaram como muito positiva. Deste grupo, 15,4% informaram ter uma relação neutra, ainda que sem especificar o que viria a ser tal categoria, e 7,7% uma relação negativa.

Quando questionados sobre a abordagem do tema da diversidade familiar nas atividades escolares apresentadas e/ou realizadas com seus filhos, 53,9% dos/das respondentes alegaram não observar a existência de nenhum tipo de abordagem, 23,1% indicaram que o tema é abordado ocasionalmente, 15,4% relataram que isso ocorre regularmente, e 7,7% declararam não saber. No que se refere ao diálogo entre a família e os professores, 53,8% avaliaram tal relação como neutra, 38,5% como aberta e respeitosa, e 7,7% como muito aberta e respeitosa.

Concernente ao envolvimento das famílias em atividades escolares, como reuniões e eventos, 53,8% das famílias responderam que são frequentemente envolvidas, 30,8% afirmaram que isso ocorre ocasionalmente, e 15,4% disseram que suas famílias raramente participam dessas atividades.

Quando perguntados se acreditam que a escola prepara adequadamente os professores para lidar com a diversidade de configurações familiares, 53,8% dos/das respondentes disseram que não, 23,1% afirmaram que sim, e 23,1% declararam não saber. Se considerarmos que mais da metade dos/das respondentes afirmaram entender que a escola não prepara os professores para a presença de estruturas diversas de família, podemos identificar um vazio perigoso no que se refere à formação das crianças que frequentam estas escolas, pois, como afirma Borges e Gualda (2015), a relação entre família e escola é fundamental para a formação integral das crianças e adolescentes, sendo um espaço de troca e aprendizado mútuo.

As configurações familiares contemporâneas, como as famílias homoafetivas, trazem novas demandas que desafiam a escola a se adaptar e a promover um ambiente inclusivo e acolhedor. Por isso, no contexto educacional, é vital que os educadores reconheçam e respeitem as diversas configurações familiares, superando preconceitos e estigmas que possam existir. Essa parceria entre escola e família deve ser baseada na comunicação efetiva e

na construção de um espaço de respeito, onde todas as vozes sejam ouvidas, contribuindo para a construção de uma educação que reflita a pluralidade da sociedade atual.

Por fim, ao serem questionados sobre o tratamento que seu/sua filho/a recebia na escola em comparação aos colegas de famílias heteroparentais, 92,3% das famílias avaliaram que é igual, e 7,7% disseram não saber. Contudo, ao serem indagados: "Já se sentiu discriminado(a) ou excluído(a) pela escola devido à configuração homoafetiva da sua família?"; 61,5% relatou ter se sentido discriminado ou excluído em algum momento pela instituição, enquanto 38,5% não relataram essa experiência.

Para aprofundar a análise sobre como a discriminação foi vivenciada, apresentamos a seguir as situações relatadas pelos/as respondentes que se sentiram discriminados/as ou excluídos/as pela escola em razão da configuração homoafetiva de suas famílias. Nos parágrafos subsequentes, faremos uma interpretação das respostas obtidas, buscando compreender as nuances dessas experiências⁵.

Duas situações, uma na ficha escolar não ter a opção de filiação e sim de pai e mãe, sendo que somos duas mães e não existe um pai, segunda situação de ter feito uma reclamação sobre uma lembrança dos dias dos pais, ao qual a nossa filha teve que fazer e levar para casa tal lembrança, sendo que somos duas mães, ao qual não fomos bem tratadas durante a reclamação junto a professora e a diretora da escola onde a nossa filha estava (R1, 2024).

Gostaria de fazer parte do grupo de mãe da escola mas só pode uma mãe (R3, 2024).

Fomos convocados para uma reunião que tratava de um episódio de comportamento agressivo que o nosso filho teve, a coordenadora usou a seguinte expressão: Primeiramente, quero dizer que não temos nada com pessoas assim como vocês. Neste momento, orientamos sobre o a maneira correta de nos chamar: um casal de homens gays. E que poderia usar estes termos que não temos vergonha. Mas notamos que ela se sentia muito incomodada de colocar palavras que nos descreveria como um casal de homens gays. A narrativa dela sobre o comportamento de nosso filho tendenciava a uma suposta ausência de normalidade da família hetero por ser filho de pais gays ou por ser adotado. Ela juntou as duas coisas e só se complicava. Explicamos para ela, que naquela semana, eu tive que ficar a semana toda na universidade (distante 180km de casa), o que dificultou, diante de uma série de atividades que tinha, eu entrar em contato com ele para conversar. Isso fez com que ele expressasse em raiva o sentimento da saudade que ele ainda não sabe lidar (R4, 2024).

⁵ Cada resposta foi nomeada com a letra "R" (maiúscula), seguida de um número que respeita a ordem de envio no formulário geral. Assim, a resposta da primeira participante que enviou o questionário está identificada como "R1", e a última, como "R13". Esse padrão de identificação é aplicado a todas as respostas, de modo que a indicação de "R1", por exemplo, sempre se refere à mesma participante.

Minha filha foi obrigada a pintar uma atividade para dar de dia dos pais. Sendo que ela não tem um pai (R5, 2024).

Solicitei consideração a respeito do dia dos pais, sugeri ideia de dia da família e fui rechaçada (R6, 2024).

Em algumas situações sentimos que existe um preconceito velado principalmente por as crianças não terem uma mãe. Um comentário aqui ou acolá que parece vir desse tipo de pensamento (R7, 2024).

A não aceitação de uma escola que meu filho mais velho passou quando era pequeno, eles diziam que não existe família sem a mãe (R8, 2024).

As respostas evidenciam um padrão de exclusão e discriminação enfrentado por famílias homoafetivas nas instituições de ensino, com queixas que incluem a ausência de opções adequadas na documentação escolar para registrar múltiplas configurações familiares, como a falta de um campo para duas mães na ficha escolar. Além disso, atividades relacionadas ao Dia dos Pais geram constrangimentos e descontentamento. A interação com a administração escolar, a partir do que foi retratado nas respostas, revela tratamento inadequado e falta de sensibilidade às especificidades familiares.

Essa realidade contribui para a perpetuação de normas hegemônicas de família na cultura escolar. Comentários velados de preconceito e a resistência em aceitar a configuração homoafetiva refletem uma abordagem educacional que não contempla a diversidade familiar. O relato da coordenadora, que demonstrou desconforto ao se referir ao casal de homens, sugere a necessidade de formação e conscientização dos educadores sobre questões de gênero e sexualidade. Essas situações não apenas impactam a dinâmica escolar, mas também afetam a autoestima e identidade das crianças, tanto as de famílias homoafetivas como as de heteroparentais.

Visando correlacionar tais informações, inserimos ao final do questionário uma indagação, com opções pré-definidas de respostas: “Quais das seguintes situações você considera ter vivenciado? (Selecione todas que desejar)”. As respostas podem ser verificadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Situações vivenciadas por famílias homoafetivas no cenário escolar (2024)

Situação vivenciada	Percentual (%) de respostas
Resistência ou desconforto da escola em discutir ou ensinar sobre diversidade familiar	46,2
Comentários ou piadas feitas por outros pais ou funcionários da escola	30,8

Nenhuma	23,1
Recusa da escola em reconhecer legalmente ambas as mães (pais) como responsáveis pela/o aluna/o	23,1
Desrespeito ou falta de reconhecimento das mães (ou Dia dos Pais) para famílias com dois pais ou duas mães	30,8
Insinuações de que o ambiente familiar da/o filha/o não é “normal” ou “adequado”	23,1
Avaliações injustas ou preconceituosas sobre o comportamento da/o filha/o, ligadas à homoparentalidade	15,4
Professores ou funcionários sugerindo que a criança pode ser prejudicada por ter pais do mesmo sexo	15,4

Fonte: questionário aplicado pela autora, 2024.

As experiências de discriminação enfrentadas por famílias homoafetivas nas instituições de ensino refletem uma resistência institucional significativa à discussão e ao reconhecimento da diversidade familiar. A predominância de relatos sobre resistência da escola em abordar a diversidade familiar (46,2%) evidencia uma lacuna crítica na formação docente, que perpetua estigmas e preconceitos. Além disso, a presença de comentários ou piadas feitas por outros pais ou funcionários da escola (30,8%) indica um ambiente hostil, reforçando a necessidade de políticas educacionais que promovam a sensibilização e o acolhimento.

A discriminação vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente escolar afeta profundamente o núcleo familiar, gerando sentimentos de frustração, impotência e sobrecarga emocional nos pais e responsáveis. Esses sentimentos podem desencadear uma ruptura na confiança institucional e dificultar o engajamento escolar, ampliando os impactos emocionais e sociais na vida familiar (Almeida, 2020, p. 32).

Portanto, é imperativo que as políticas educacionais promovam inclusão e respeito à diversidade familiar. As escolas devem se comprometer a criar ambientes acolhedores e respeitosos, reconhecendo e respeitando todos os tipos de famílias, contribuindo, assim, para um ambiente educacional mais equitativo.

Como pergunta aberta, foi solicitado que os/as participantes apontassem os desafios que percebiam na relação entre sua família e a escola. As respostas obtidas revelaram um panorama diversificado sobre os desafios enfrentados por famílias homoafetivas na relação com as instituições de ensino. Um aspecto marcante dentro do grupo de resposta é a percepção de “pouca interatividade entre família e escola”, o que sugere uma comunicação deficiente, que pode limitar a participação ativa dos responsáveis nas atividades escolares. Por outro lado, a ausência de desafios significativos mencionada por algumas famílias, que relatam um

acolhimento positivo, indica, em determinados contextos, que as escolas estão começando a construir um ambiente mais inclusivo. Uma resposta em especial trouxe uma reflexão importante:

Apesar de muito custo para retirar discussões cis-heteronormativas do trabalho pedagógico da unidade escolar, como por exemplo: Dia dos Pais e Dia das Mães; ainda há muito que melhorar, porque eu não sinto que a nossa presença problematiza a rotina da unidade. Na realidade, muita coisa ainda faz o nosso filho crescer sentindo-se anormal. Literatura infantil, histórias infantis, personagens... tudo isso, na idade em que ele se encontra, faz ele se sentir um estranho. Quando perguntamos como algumas questões são tratadas, notamos um silêncio, às vezes, por falta de conhecimento. Mas nenhum esforço para aprender sobre o assunto (R4, 2024).

Questões mais profundas como essa explicitam a falta de inclusão das diversas configurações familiares em contextos escolares e a resistência em se refletir sobre isso. O fato de festividades como o Dia dos Pais serem mantidas sem consideração pelas especificidades das famílias homoafetivas representa um obstáculo à aceitação plena dessas estruturas.

Além disso, a falta de conhecimento sobre como lidar com a diversidade familiar, refletida no silêncio dos educadores e na reserva de alguns pais, aponta para uma necessidade crítica de formação continuada para professores e funcionários escolares. Essa formação deve abordar temas de gênero e sexualidade, bem como promover o respeito e a valorização da pluralidade nas configurações familiares.

A formação continuada de professores possui um papel relevante, uma vez que preparar professores para refletirem e trabalharem com a diversidade cultural no contexto escolar significa abrir espaços que permitam a transformação da escola em um local em que as diferentes identidades são respeitadas e valorizadas, consideradas fatores enriquecedores da cidadania (Canen; Xavier, 2011).

Partindo dessa perspectiva, solicitamos que os/as respondentes sugerissem maneiras de melhorar a inclusão e o acolhimento de famílias homoafetivas na escola. As sugestões apresentadas para melhorar a inclusão e o acolhimento de famílias homoafetivas nas escolas destacam a necessidade de uma abordagem mais sensível e informada quanto à diversidade familiar. Um aspecto fundamental que emerge das respostas é a importância de fornecer orientação aos educadores sobre como tratar e respeitar essas famílias. Algumas das sugestões foram:

Ter orientação (curso ou adaptação) em como tratar, como respeitar e como se direcionar a essas famílias, saber que cada família é única e de um jeito e se adaptar a cada caso (R1, 2024).

A coordenação da escola deveria ser ciente da dupla maternidade e que as duas querem ter os mesmos direitos como mães (R3, 2024).

Sugiro que as escolas trabalhem mais sobre as várias modalidades de família, que troquem a comemoração do Dia das Mães/Pais pelo “dia de quem cuida de mim” (R9, 2024).

Isso sinaliza que a falta de formação específica pode contribuir para a perpetuação de práticas educacionais que não consideram as particularidades de diferentes estruturas familiares. Além disso, a proposta de que a coordenação escolar reconheça e valide a dupla maternidade indica um passo crucial para garantir que todos os direitos parentais sejam respeitados igualmente.

A escola precisará revisar o formato da organização das atividades, no caso da educação infantil, datas alusivas. O corpo docente terá que rever o sentido dado ao trabalho pedagógico, pensando se não está deixando de contemplar as formas de organização familiar das crianças filhas de pais e mães LGBTI+. Enfim, questões que facilitariam muito os diálogos entre famílias (conceito plural) e a escola (R4, 2024).

Um diálogo mais aberto e que a comunidade escolar se sentisse à vontade para fazer perguntas que achem importante sobre famílias homoafetivas (R7, 2024).

A ação de comum, não devemos ser especiais e nem menos, devemos ser comuns a qualquer tipo de família (R8, 2024).

Para isso, as escolas devem revisar a organização de suas atividades, especialmente aquelas que celebram datas tradicionais como o Dia das Mães e o Dia dos Pais, por exemplo, substituindo-as por celebrações que reconheçam todas as formas de cuidado, como o “Dia das famílias” ou “Dia de quem cuida de mim”, mencionado pelos/as respondentes. Essa mudança contribuiria, se realizada de forma crítica, para a promoção de um ambiente mais inclusivo e representativo.

Outro ponto de destaque a partir das respostas é a necessidade de fortalecimento de um diálogo aberto sobre diversidade e a inclusão de livros infantis que abordem a temática homoafetiva. De acordo com as respostas, esta inclusão se enquadraria em ações que podem fomentar a conscientização dos alunos e criar um ambiente escolar mais acolhedor.

O que é de grande importância para a escola é que às crianças e adolescentes lhes seja garantido seu desenvolvimento social e humano, que sejam cuidadas, respeitadas e valorizadas, independentemente de sua configuração familiar. A educação escolar, para

cumprir seu papel como agente de transformação, necessita renovar-se para promover conhecimento e formar indivíduos capazes de intervir na sociedade de forma crítica e criativa (Libâneo, 2017).

Convém lembrarmos que a educação é um direito da criança, conforme previsto na Constituição Federal, nos Artigos 205 e 206, o que visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, e que é um dever dos pais ou responsáveis matricular seus filhos na rede de ensino, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Já pelo Artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), a escola tem a finalidade de desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meio para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Sendo assim, a escola deve garantir um ensino que seja inclusivo e que atenda a todo o público pertencente àquela unidade escolar.

Dessa forma, amparados nos dispositivos legais, espera-se que a escola tenha uma política integradora, com construção de significados para a criança, fazendo com que elas possam ser inseridas num contexto sem preconceitos e atitudes excludentes, sabendo que nela é onde passará a maior parte de sua vida.

Nesse contexto, as interações promovidas pelo espaço escolar iniciam a criança em seu convívio social e fazem com que, ao longo do tempo, suas relações sejam permeadas por construções e significados, dando-lhe a possibilidade de atribuir sentido ao caminho que percorre, levando em conta suas experiências sociais vividas.

Ainda que a educação escolar esteja consolidada em forma de lei, sabemos o quão desafiadora é a relação com a família, que deveria ser um elo na construção do conhecimento da criança, pois família e escola deveriam andar juntas. Sobre isso, Goergen (2013, p. 733) explica:

Na sociedade intercultural, midiática e globalizada existem e incidem educativamente sobre o indivíduo múltiplas e contraditórias referências culturais e ideológicas. O tradicional conceito de “capital social” – entendido como o conjunto de relações, normas, valores, conhecimentos, entre outros, legitimados socialmente – muda de figura com a interferência do estranho, do outro, da alteridade.

Portanto, os meios sociais estão vinculados à aprendizagem; as informações e os conceitos visuais interferem, de certo modo, na educação, pois aquilo que é visto torna-se

referência para o indivíduo. Ao entender que, no espaço escolar, há diversas configurações familiares, tradições, culturas e meios sociais diversos, podemos perceber que é comum ser diferente do outro. No entanto, aquele que se percebe como diferente tende a se invisibilizar, por medo do preconceito ou da reação da sociedade.

A relação entre família e escola muitas vezes apresenta descompassos, e um dos fatores que contribuem para isso é a ausência de um debate aberto e inclusivo sobre as diversas configurações familiares. De acordo com Maio, Libório e Oliveira Júnior (2015), as escolas, ao promoverem políticas de participação e integração familiar, frequentemente adotam um modelo único de família, pautado na perspectiva tradicional e heteronormativa. Esse enfoque excludente reflete uma sociedade marcada por preconceitos e pela heterogeneidade, que contrasta com o papel que a escola deveria desempenhar.

Enquanto espaço privilegiado para a reflexão ética e a promoção de relações humanas respeitadas, a escola tem o dever de abordar temas como famílias homoafetivas, questões de gênero e sexualidade. Essas discussões são essenciais para a construção de um ambiente educacional que valorize a diversidade e combata as desigualdades, promovendo o respeito e a inclusão como pilares fundamentais da convivência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família contemporânea, ao longo dos anos, conquistou direitos ao modificar estruturas convencionais, garantindo direito de se constituir pelo respeito e afeto. Assim, o ECA reconhece a pluralidade das famílias que não seguem padrões rígidos, buscando para seus integrantes o desenvolvimento de sua personalidade e a vivência plena e igualitária. Nota-se que, para muitas dessas famílias, o modo como a diversidade familiar é abordada na escola pode impactar a inclusão e o convívio de seus membros, especialmente das crianças e adolescentes. As situações apresentadas até aqui mostram um campo amplo de informações, que não delineia um único caminho de compreensão.

Considerando o objetivo principal desta pesquisa, que foi o de compreender a relação das famílias homoafetivas e a escola a partir do ponto de vista dessas famílias, o percurso metodológico adotado foi um levantamento documental e bibliográfico sobre a temática das famílias homoafetivas e a aplicação de um questionário semiestruturado.

Mediante as respostas obtidas, organizamos os dados em três categorias, sendo a primeira delas referente à caracterização dessas famílias. Do total de treze participantes, a maioria era de residentes no estado do Mato Grosso do Sul, com faixa etária entre 31 e 36 anos, que se identificam como mulheres cisgênero, de cor preta/parda ou branca. Todos/as respondentes possuíam algum tipo de trabalho remunerado. De sua totalidade, nove eram mães biológicas e de configuração familiar composta de duas mães, em sua maioria com um filho, de faixa etária entre 4 e 6 anos e que estudavam em escola pública em turmas de Educação Infantil (Berçário, Creche ou Pré-escola).

A segunda categoria se referiu a identificar a percepção geral das famílias sobre sua relação com a escola. A maior parte avaliou a receptividade como positiva, mesmo a escola não abordando o tema da diversidade familiar em suas atividades ou no currículo, e que possuía um diálogo neutro com os/as professores/as. Assim, relataram que já se sentiram discriminados/as ou excluídos/as pela escola devido à configuração homoafetiva de sua família, mas que seus filhos/as eram recebidos de forma igualitária na escola em comparação a colegas de famílias heteroparentais. Ainda sobre a percepção da família, afirmaram que frequentemente a escola envolvia a sua família em atividades escolares, como reuniões, eventos ou outras atividades. No mais, os/as respondentes não acreditam que a escola prepara adequadamente os professores para lidar com a diversidade de configuração familiar.

Por fim, na última categoria, pedimos que as famílias indicassem o que deveria melhorar na relação entre a escola e as famílias homoafetivas, tendo sido apontado que haja revisão no formato geral em que datas comemorativas são celebradas, ressignificando-as; que os professores sejam mais bem preparados para que, de fato, a diversidade seja incluída no contexto da escola, onde práticas pedagógicas sejam associadas à nova realidade escolar; e que as vivências das famílias homoafetivas sejam equiparadas e respeitadas.

Com base nas respostas dadas pelos/as participantes, foi possível identificar que a escola tem um desconforto em abordar certos assuntos referentes à diversidade familiar, a qual, muitas vezes se torna invisível no espaço escolar. Embora a presença das famílias homoafetivas na escola seja notória, elas mencionaram sentir-se colocadas em “pequenas caixas”, nas quais a configuração familiar é invisibilizada, gerando até mesmo vergonha ou receio de que seus filhos, por terem duas mães ou dois pais, possam ter seu futuro prejudicado. Apontam-se, assim, os desafios de se ter o reconhecimento da própria maternidade, bem como a falta de

sensibilidade da escola em incluir efetivamente as famílias homoafetivas, garantindo às duas mães ou aos dois pais o mesmo acolhimento oferecido às famílias heteronormativas. O silenciamento da escola diante desse reconhecimento faz com que essas famílias se sintam cada vez mais excluídas e acabem se silenciando por medo.

Logo, percebemos a necessidade de maior articulação entre a escola e a comunidade escolar, de modo que o conhecimento e reconhecimento dessas famílias possam trazer um maior acolhimento das famílias homoafetivas, para que sejam percebidas formas de se cruzar as fronteiras do preconceito e assim tornar as famílias homoafetivas de fato valorizadas e incluídas na comunidade.

O reconhecimento das diversas configurações familiares na escola contribui para uma educação inclusiva e culturalmente sensível, capaz de adaptar o seu currículo a realidades de todas as famílias, trazendo a representação das novas configurações familiares no seu material didático, para que elas se sintam realmente representadas.

Além disso, é fundamental oferecer capacitações aos professores para que compreendam e respeitem a realidade das famílias homoafetivas, atuando de forma a evitar situações de preconceito. Por fim, a valorização da família no espaço escolar, aliada a uma boa comunicação e à compreensão das necessidades e preocupações dessas famílias, contribui para um ambiente em que seus filhos/as se sintam seguros/as.

Apesar de identificarmos muitos avanços, como explicitado no texto, sinalizamos também os desafios que ainda existem no que se refere à relação entre famílias homoafetivas e escola. Desafios estes que se evidenciam também na própria relação entre estas famílias e seu reconhecimento como sujeitos de direito. No exercício desta pesquisa, muitas foram as famílias que indicaram não terem interesse em participar da pesquisa, justificando não desejarem falar sobre o tema. O que fica de indagação ao concluirmos a pesquisa é sobre o porquê de tal realidade. Ao finalizarmos a escrita com novas dúvidas, temos a certeza de que o campo da pesquisa aqui iniciada tem muito a ser explorado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. Até que a lei vos una: O casamento homossexual e a antropologia do parentesco, do gênero e da sexualidade. *In*: SEMINÁRIO “MASCULINIDADES/ FEMINILIDADES”, ENCONTROS DA ÁRRABIDA, 2004, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa, PT: Fundação Oriente, 2004. p. 1-23.

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.
- AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **Nós já somos uma família, só faltam os filhos: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- ARANHA, Maria Lúcia. **A filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BORGES, Laura; GUALDA, Danielli Silva. Relação Família e Escola e Educação Especial: Opinião de Professores. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 25, n. 48, p. 168-185, abr. 2015. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062015000100168&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 abr. 2026.
- BAPTISTA, Silvio Neves. **Manual de direito de família**. 3. ed. Recife: Bagaço, 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996
- BRASIL. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 jan. 2002
- BRASIL. Lei nº 12.344, de 9 de dezembro de 2010. Altera o §1º do art. 1.723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 10 dez. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, DF: MEC/CNE, 2006.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 4.277/DF**. Requerente: Procurador-Geral da República. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, 05 de maio de 2011. Brasília, DF: STF, 2011.
- BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Unesp, 2022.
- CANEN, Ane; XAVIER, Giseli Pereli M. Formação de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 641-813, set./dez. 2011.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 13. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.
- GIMENEZ, Cristiane Paula Corrêa; MARTINS, Paulo Augusto Moreira; ANGELIN, Rosângela. Perspectivas teóricas do reconhecimento de identidades sexuais frente aos direitos humanos e ao direito fraterno. **Sequência**, Florianópolis, v. 30, n. 80, p. 96-122, dez. 2018.
- GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 723-742, jul. 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MAIO, Eliane Rose; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de. Famílias não convencionais na escola: a (in)eficiência das estratégias de (des)integração. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 63, p. 270-279, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 155-169, 2006.

PEDROSO, João; BRANCO, Patrícia. Mudam-se os tempos, muda-se a família: as mutações do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 82, p. 53-83, 2008.

SCHNEIDER, David M. **Parentesco americano**: uma exposição cultural. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. **“Pais assumidos”**: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. 2002. 115 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring**: Update 2023. Berlin: TGEU, 2023. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-2023/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

Recebido em: Junho/2025.

Aprovado em: Janeiro/2026.